



24(1):61-71  
jan./jun. 1999

# SUBJETIVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA DIFERENÇA<sup>1</sup>: Heterogênese e Devir

Tânia Mara Galli Fonseca

**RESUMO** – *Subjetivação na perspectiva da diferença: heterogênese e devir.* A partir de questões levantadas pelos estudos feministas, a autora analisa a pertinência da lógica rizomática e hipertextual para o estudo da subjetividade. Enfoca a preocupação com a potencialidade política dos conceitos, sugerindo um modo de produção de conhecimento calcado na noção de heterogênese, processualidade e devir.

**Palavras-chaves:** *subjetividade, diferença, rizoma, hipertexto.*

**ABSTRACT** – *Subjectivity from the perspective of difference: heterogenesis and devir.* The author points to the use of rhizomatic and hypertextual logic on the subjective studies. And also to the political potentiality of the concepts, suggesting a way of knowledge producing based on the notions of processuality, heterogenesis and becoming.

**Key-words:** *subjectivity, difference, rizoma, hypertext.*

Tendo fundado minha tese de doutorado<sup>2</sup> e outros estudos<sup>3</sup> na articulação das categorias trabalho e gênero, pareceu-me oportuno, em dado momento, inscrever aspectos daquelas análises nas recentes discussões sobre subjetividade. Autores como Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Suely Rolnik, Michel Serres e Pierre Lévy vieram, com seus trabalhos, animar tal possibilidade.

Aprendera, desde os estudos feministas, a lógica da instabilidade das categorias de análise e suas implicações na produção sócio-cultural. Mais do que isto: sua imprescindibilidade à invenção de novos modos de dizer – com destino de migrante e de mestiço. Modos de dizer e conhecer recortados pelo outro, forjadores de um mundo sem deuses, pertencentes à passagem, ao entre, ao domínio intervalar, próprios ao acontecimento do encontro. Modos de existir cujas trilhas – feitas dos constantes duelos com o acaso, com a fragmentação, com a multiplicidade –, produzem a extraordinária proliferação de formas. Modos de inventar a si e ao mundo em uma processualidade em que “tudo apenas principia” (Aquino, 1994: 106).

Com os estudos feministas, aprendera que o sustento da lógica da diferença deve ser encontrado exatamente no modo de produzi-la, modo este cuja análise em tudo se distancia do uno, do idêntico e do totalizante. Para além da oposição binária, para além das estruturas estruturantes, para além do predomínio da vontade de um sujeito, para além, enfim, das considerações dialéticas a respeito da superação do conflito pela síntese, um outro canal explicativo deveria ser tomado, desta vez, gestado no avesso das verdades estabelecidas, no desterro do estranhamento, no desconcerto e no desassossego<sup>4</sup>. Uma via explicativa que apontasse não para a constituição de campos de verdades e certezas, mas que se mostrasse orientada pela existência de novos, tecidos por linhas de virtualidade, de nós problemáticos a serem atualizados, enfim, por regiões ainda por vir. As análises implicadas com universais deviam dar lugar às multiplicidades, e a complexidade das combinações e miscigenações deviam apontar tanto para o descentramento da memória organizada como centro de significância e de subjetivação, quanto para a operação n-1 que, do ponto de vista de Deleuze e Guattari (1995), significa subtrair o único da multiplicidade a ser constituída. A adoção da lógica rizomática, em substituição à arborescente, possibilitaria, pois, inscrever a questão da subjetivação no âmago do jogo da diferença, abrindo caminho para a elaboração de uma ética da singularidade. A elaboração do conceito de rizoma em oposição ao de árvore, permitiria, de acordo com seus elaboradores, contrapor o mapa ao decalque, rompendo-se com a idéia de um modelo gerativo ou estrutural, reprodutível ao infinito e regido pela lógica da reprodução, que consiste em decalcar algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. “Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para a experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado em si mesmo. Ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, (...) é aberto, conectável em

todas suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao destaque que volta sempre ao “mesmo” (op. cit., p. 22).

É de tal perspectiva antigenealógica e rizomática que sugiro venha a se analisar e colocar a questão da subjetividade, cabendo focar o debate na diferença/diferenciação, o que implica, como ponto de partida, o reconhecimento da inoperância da concepção de subjetividade reduzida à consciência e suas representações. Propõe-se, aqui, o que Suely Rolnik (1994:5) denomina de “reversão do platonismo”, ou em outras palavras, o abandono da busca da garantia de consistência no absoluto e a tendência a abandonar todo e qualquer princípio transcendente da subjetividade. Desde este ponto de vista, a garantia de consistência coloca-se no próprio princípio organizador da subjetividade: o eterno retorno da diferença, a garantia de que algo vai advir. A subjetividade deixa de recorrer, para organizar-se, a imagens a priori e o modo de subjetivação correlato e inseparável implica, pois, em estabelecer bases para uma subjetividade heterogenética, distante do equilíbrio, metaestável, fazendo-se e refazendo-se a partir das rupturas de sentido, incorporando composições de forças, circunscrevendo-se para além da consciência, forjando-se no âmbito do caos, portador de linhas de virtualidade, jamais determinado e que se encontra em constante devir. A subjetividade heterogenética é referida a “modos de expressão que não passam só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos” (Guattari e Rolnik, 1986: 28). Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas fixadas definitivamente, sendo a subjetividade plural e polifônica. No processo de subjetivação concorre uma heterogeneidade de fatores como: componentes semiológicos significantes, elementos fabricados pela mídia, pelo cinema, etc. e dimensões semiológicas a-significantes que funcionam paralelamente e independentemente, pelo fato de produzirem significações que escapam então às axiomáticas propriamente linguísticas. Para Guattari (1993:15), “as correntes estruturalistas não deram sua autonomia, sua especificidade, a esse regime semiótico a-significante, ainda que autores como Julia Kristeva e Jacques Derrida tenham esclarecido um pouco essa relativa autonomia... Mas, em geral, as correntes estruturalistas rebateram a economia a-significante da linguagem – o que chamo de máquina de signos – sobre a economia linguística, significacional da língua”. Desta maneira, pode-se pensar que as condições de produção evocadas que incluem elementos não-humanos e de natureza pré-pessoal apontam para a idéia de que os modelos de inconsciente freudiano ou lacaniano serão considerados entre outros, inseparáveis dos dispositivos técnicos e institucionais que os promovem.

Complexa operação de agenciamento de intensidades, que implica deslocar-se do modelo identitário e representacional, que busca o equilíbrio e despreza as singularidades. Trata-se de apreender a subjetividade como sedimenta-

ção estrutural e como agitação caótica de devires, através dos quais outros estranhos eus se perfilam. Não se trata aqui de combater o regime identitário para dar lugar a uma pulverização generalizada. Trata-se de dar lugar a um outro princípio de individuação, calcado nos processos de singularização. Trata-se de reconhecer e analisar a constituição de complexos de subjetivação que oferecem possibilidades diversificadas de recompor uma corporeidade existencial, ou seja, uma re-singularização., que procede de uma criação e não propriamente de dimensões “já existentes”, cristalizadas em complexos estruturais. Seria uma produção da alçada de uma espécie de paradigma estético: “criam-se novas modalidades de subjetivação do mesmo modo que um artista plástico cria novas formas a partir da palheta de que dispõe” (op. cit.: 17).

Para o autor, a subjetividade seria “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva” (Guattari, 1993:19).

Importa, pois, mais falar de subjetivação do que de um sujeito, devendo-se implicar, assim, os modos subjetivantes a fluxos semióticos de todas as ordens e não somente àqueles pertencentes à linguagem e à ideologia. Trata-se de pensar um processo de subjetivação operado por uma rede de conectibilidade múltipla, capaz de articular um ponto qualquer com outro ponto qualquer, não remetendo necessariamente a traços da mesma natureza; um modo de subjetivar que põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. Tal como lembram Deleuze e Guattari (1995), trata-se de pensar a subjetividade como um rizoma, que não tem começo, nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda, não sendo feito de unidades, mas de direções movediças, não se deixando reconduzir nem ao Uno nem ao Múltiplo. Oposto a uma estrutura, que se define por um conjunto de pontos e posições, por correlações binárias entre estes pontos e relações biunívocas entre estas posições, o rizoma implica uma lógica que é a da variação, da expansão, da captura, referindo-se a uma espécie de mapa com múltiplas entradas e saídas, descentrado, não-hierárquico e sem ligações pré-estabelecidas.

Para Guattari e Rolnik (1986:31), os processos de subjetivação “não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias egóicas, intrapsíquicas, microssociais), nem em agentes grupais”, mostrando-se a produção de subjetividade como matéria-prima de toda e qualquer outra produção. A subjetividade não se mostra, pois, passível de centralização no indivíduo e, mesmo diante de alguma pretensão para afirmar um ego totalizante, deve permitir o questionamento da noção de indivíduo como referente geral dos processos de subjetivação. Para os autores, “o que se poderia dizer, utilizando a linguagem informática, é que, evidentemente, um indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; este terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade” (op.cit.: 32). Desta forma, a subjetividade é assu-

mida por indivíduos em suas existências particulares, sendo seu consumo regulado por modos alienados ou modos expressivos, nos quais, respectivamente, os indivíduos se apropriam da subjetividade tal como a recebem ou a reempregam de forma criativa, possibilitando, neste último caso, singularizarem-se. Trata-se, aqui, de buscar um modo de conhecer, explicar e inventar a subjetividade como aquilo que estamos em vias de diferir (Deleuze, 1992): como aquilo que não somos, como aquilo que sustenta devires – outro. Subjetividade-rizoma, não é processo de filiação, é aliança; não é ponto, mas linha, linha de chance, linha de fuga; não é uma nem múltipla, mas multiplicidades; não começa nem conclui, se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. Desta construção complexa, em que o meio não é a média, o desafio “consiste em devolver o pensamento à multiplicidade virtual que lhe dá origem: superfície imanente, intensiva, povoada de singularidades não ligadas, que Deleuze chamou também de Inconsciente” (Pelbart, 1996:61).

Tratando-se de considerar o processo de subjetivação como processualidade em aberto, passível de diversas virtualizações e particularizações, mostram-se necessários não apenas à constituição tanto de uma teoria da subjetividade que comporte as singularidades e as disrupções nelas imbricadas, como de um método de conhecimento que não se reduza à busca da verdade, da previsibilidade e do equilíbrio e que se revele fundado na possibilidade de se conceber as relações entre interioridade e exterioridade como sendo colocadas não apenas em interação, mas constituídas em reciprocidade enquanto se conectam e movimentam. As relações indivíduo/ sociedade passam a ser vistas como reciprocamente imbricadas, tal como afirma Alfredo Naffah Neto (1998:70): “(...) o mundo não é tão somente exterior nem tão somente interior, está sempre fora e dentro ao mesmo tempo ou, melhor dizendo, constitui-se nessa imbricação de um exterior e de um interior, fluindo e refluindo, por movimentos de projeção e introjeção... Fora e dentro participam, pois, da mesma substância, o dentro constituindo-se como uma envergadura do fora; o fora como uma multiplicidade de perfis projetados de dentro. Ao fora aprendemos a chamar de mundo; ao dentro, de subjetividade. Essa mútua constituição é o que atesta, de uma vez por todas, a minha existência como devir mundano, a existência do mundo como devir subjetivo: eu-n’outro/outr’em em mim, sacos da mesma farinha, pães do mesmo trigo”.

Este modo de analisar, faz-se igualmente presente no trabalho de Pierre Lévy (1993) que, retrabalhando conceitos de pensadores como Gilles Deleuze e Michel Serres, busca, de acordo com Carlos Irineu da Costa (1996) analisar um processo de transformação de um modo de ser num outro.

Com a elaboração do que denomina de “quatro modos de ser”, Pierre Lévy (1996:137) permite, na esteira de Deleuze, evidenciar que “o real assemelha-se ao possível enquanto o atual responde ao virtual. Problemático por essência, o virtual é como uma situação subjetiva, uma configuração dinâmica de tendênci-

as, de forças, de finalidades e de coerções que uma atualização resolve. A atualização é um acontecimento, no sentido forte da palavra. Efetua-se um ato que não estava pré-definido em parte alguma e que modifica por sua vez a configuração dinâmica na qual ele adquire uma significação. A articulação do virtual e do atual anima o processo do ser como criação”. Para ao autor, pode-se observar um quadro simples de quatro posições e passagens em que o real, a substância, a coisa, *subsiste* ou resiste. O possível contém formas não manifestas, ainda adormecidas, ocultas, que *insistem*. O virtual não está aí, sua essência está na saída: ele *existe*.

Para o enquadre teórico aqui proposto, não ficam dúvidas a respeito das correlações estreitas que podem ser encontradas entre estes autores franceses. Trata-se de reconhecer o interesse pelo emprego da lógica rizomática para a análise das questões da modernidade tardia. Não é preciso lembrar a relevância dos atuais estudos a respeito das novas tecnologias de informação e comunicação, visto possibilitarem, ao mesmo tempo em que se propõem a inventar novas realidades, complexificar a noção de mente humana, cartografando-a como uma rede intrincada, com trilhas que se bifurcam, como uma trama infinitamente mais complexa do que venhamos a supor. O hipertexto, base da navegação como a nova forma de leitura e escrita, é regido pelo princípio da não linearidade, podendo ser comparável ao um grande mapa nunca passível de ser totalmente desdobrado, podendo ser explorado somente através de pedaços minúsculos. O hipertexto, permite, tal como a subjetividade heterogenética, todas as dobras imagináveis, fazendo suceder um movimento perpétuo do dobramento e desdobramento de um texto caleidoscópico. Neste sentido, a subjetivação, como processualidade, pode vir a ser comparada com a noção de hipertexto em movimentos de devir, como um novelo de conexões, como um complexo problemático, um nó de tendências ou de forças que deve encontrar saídas, produzir existência.

Também o hipertexto de Pierre Lévy pode ser analisado desde as características da heterogeneidade, metamorfose, multiplicidade, exterioridade e descentração, revelando que é apenas na conectividade e em suas possibilidades de ativar associações que os particulares sentidos se produzem. Unem-se desta forma modelos teóricos cujos pressupostos não tendem necessariamente para um sentido emancipador, mas que apontam para “uma concepção mais transversalista da subjetividade, que permite responder ao mesmo tempo a suas amarrações territorializadas idiossincráticas (Territórios Existenciais) e a suas aberturas para sistemas de valor (Universos Incorporais) com implicações sociais e culturais” (Guattari, 1993:14).

Se é verdade que a Psicologia, enquanto ciência, tem, como sua, a tradição de reduzir as análises a um quadro de referências “psicologizado”, demarcando deste modo uma trajetória perfilada ao atomismo social e à ênfase no individualismo descontextualizado ou restrito ao contexto familiar edípico; se, ainda, a

partir dos esforços críticos de alguns psicólogos e pesquisadores no sentido de orientar a produção científica para caminhos que reconheçam as condições concretas e históricas da existência humana, venha-se a se reconhecer que as contribuições da Psicologia possam vir a se mostrar um tanto subsumidas em necessárias discussões macropolíticas e sociais, desfigurando, assim, a força de sua potência específica e diferenciadora no contexto das ciências humanas, vejo como significativo o momento em que se possa construir, na Psicologia, um modo de pensar que, ao não descartar a especificidade de seu objeto científico, concebe-o a partir de suas conexões com a exterioridade. Sabemos quão delicada se torna tal articulação, uma vez que ela expressa uma clássica discussão, fundante de modos de ciência. As irresolúveis tensões entre sujeito e mundo, estrutura e ação, individual e social têm sido discutidas e analisadas desde muitas estratégias cognitivas, as quais não diferem entre si meramente pela intensidade de ênfase em um dos pólos – o do sujeito ou o do mundo. Mais do isto, elas se qualificam por diferenças, muitas vezes irreconciliáveis, que ressoam em inúmeras noções e decisões teórico-metodológicas.

Assim, o estudo da subjetividade, desde a lógica rizomática e hipertextual proposta, pode, ao meu ver, fazer ressoar um novo modo de produzir a própria Psicologia, destituído das dívidas sociais acumuladas pelas tradições atomísticas e passível de se fazer enriquecido pelas noções de outras disciplinas e campos teóricos. Para aqueles que, como eu, se animam com a processualidade e com os devires nela contidos, para aqueles cujo trabalho se orienta para a desnaturalização do arbitrário cultural e para os que se permitem desassossegar com os estreitos caminhos das disciplinas, trata-se de uma problematização não só interessante como necessária.

No caso do presente trabalho, trata-se também de analisar alguns aspectos dos estudos feministas que fazem composição com a perspectiva analítica aqui delineada.

## **O feminismo e a lógica da diferença/diferenciação**

No dizer de Sandra Harding (1993), o feminismo não pode e não deve constituir-se como uma ciência normal, segundo as proposições de Kuhn<sup>5</sup>. Deve o mesmo se fundar em um modo de pensar que permita considerar as categorias de análise como *in flux*, não tomando como referente a noção arrasadoramente mítica de “homem universal” e essencial.

A constatação de um modo de produção do conhecimento, existente em uma dada época da pesquisa feminista, e que se centrou na busca de explicações através do emprego e reemprego dos modelos teóricos então predominantes, levou à constatação, pelas feministas, de que, mesmo no legítimo esforço dispendido por muitos/as teóricos/as, de dar visibilidade às mulheres, estas

mesmo assim permaneciam obscurecidas, uma vez que a produção científica tomava-as como uma mulher universal. “Tudo aquilo que tínhamos considerado útil, a partir da experiência social de mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos a analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher. As teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais (op.cit.:08). O feminismo, então, quando buscava uma única e verdadeira versão feminista da história, arriscou-se a reproduzir, na teoria e na prática política, a tendência das explicações patriarcais.

A descoberta do androcentrismo nas análises tradicionais e as implicações decorrentes de seu uso ativo para a transformação dos sujeitos e das relações sociais trouxeram, além do reconhecimento de que a própria ciência é “genericada” e, portanto, implicada com o pensamento que pensa, também a necessidade da construção de respostas a perguntas, formuladas por Harding, tais como: “Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, emudecido, que não somente reproduzam (...) as categorias e projetos que mistificam e distorcem os discursos dominantes?” (op. cit.:10).

A historiadora Joan Scott (1994a;1994b; 1995), importante teórica feminista, perfila-se, igualmente, com as problematizações epistemológicas de Harding. Em “Gender and Politics of History”, ao relativizar o estatuto de todo o saber, vinculando-o ao poder e à construção das diferenças, Scott coloca ênfase no *como* hierarquias de gênero se constroem e legitimam, deslocando, assim, a lógica da explicação mais para os processos do que para as origens, para as causas múltiplas e não para as únicas. Assim, ao entender que “se as identidades mudam ao longo do tempo e em relação a diferentes contextos, não podemos utilizar modelos simples de socialização que vêem o gênero como um produto mais ou menos estável da educação na primeira infância, na família e na escola” (Scott, 1994a:19), a autora amplia e estende o conceito de gênero como um aspecto geral de toda a organização social, e que “pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder” (op.cit.:20).

A diferença sexual, nesta perspectiva, não pode ser concebida como uma causa original da qual a organização social possa ser derivada, devendo, portanto, inscrever-se como efeito produzido de maneira complexa e inseparável da organização que a contextualiza. A diferença sexual e os saberes construídos a seu respeito não se colocam, pois, de forma antecipada ao mundo social que ordenam, engendrando-se em suas próprias malhas e tessituras, em caleidoscópicas configurações.

Prosseguindo, Scott coloca uma outra importante questão que, desta vez, enfoca as oposições das categorias masculino/feminino, homem/mulher, mos-

trando que “oposições fixas escondem a heterogeneidade de cada categoria e a extensão da interdependência de termos apresentados como em oposição – isto é, que derivam seu significado de contrastes internamente estabelecidos e não de alguma antítese pura ou inerente” (op.cit.:21). O modo de pensar fundado no binarismo, entretanto, não apenas coloca antíteses entre os termos ou pólos como também os hierarquiza.

Fundando-se numa abordagem de compreensão não linear e não totalizante, poder-se-ia perceber o interesse científico de Joan Scott voltado para a produção de saberes relativos e contextualizados e que não refutam a oposição entre determinação objetiva e efeitos subjetivos. Tal como para a teórica feminista Sandra Harding, sua preocupação expressa-se com a variabilidade, instabilidade, volatilidade e potencialidade política dos conceitos. Através de um modo de pensar que não se propõe dicotômico e binário, revala-se ousada e despudorada em relação aos saberes produzidos, eles sempre conectados a uma posição que não dissocia ciência e política e que considera os objetos de estudo como “fenômenos epistemológicos que incluem economia, industrialização, relações de produção, fábricas, classes, gêneros, ação coletiva e idéias políticas tanto quanto as categorias interpretativas de cada um” (Scott, 1994a:18).

A partir destes dois exemplos — retirados da literatura feminista —, julgo ter colhido alguns elementos que permitem interseccionar tais discussões à lógica da diferença/diferenciação, como acima proposto.

Ambas as autoras – teóricas expressivas do feminismo contemporâneo – permitem fazer avançar nesta direção pois, ao manifestarem seus questionamentos, possibilitam pensar que suspeitam de toda a explicação fundada em uma universal e homogeneizante causa, preferindo alocar suas estratégias de olhar na heterogeneidade dos elementos da organização social bem como em suas conexões autônomas, criativas e indeterminadas. Assim o faz Scott, ao refutar a primeira infância como um grande centro explicativo da construção da diferença sexual. Colocando-se dispostas à visibilização das mulheres em todas as suas possibilidades de diferenciação, as autoras orientam o pensamento para a idéias de uma subjetividade múltipla, na qual sequer o gênero, enquanto distintivo genérico da diferença sexual, pode fornecer exclusivamente todas as explicações e abarcar todas as situações que urgem por explicações. Os sujeitos, como pontos terminais de consumo de subjetividade, podem eles próprios ser entendidos como nós de uma rede de conexões que, quando analisados, tal como um fractal, podem se revelar como sendo compostos também por toda uma trama de elementos múltiplos, suscetíveis de se particularizarem e individualizarem, mas de forma inseparável de seu contexto. A imbricação de ciência e política enfatizada pelas autoras, funda-se na mesma lógica que permite pensar a indissociabilidade do dentro e do fora, do contexto e do texto, do sujeito e do mundo. Pensar é fazer e fazer é pensar; teoria e prática constituem-se de forma tumultuosa e não dirigida pelas certezas. A indeterminação, constituinte da exterioridade e os sentidos, concebidos como uma “guirlanda de conceitos e

imagens que brilham por um instante” (Lévy, 1993:24) e que têm, portanto, sua produção fundada no local e transitório, permitem estabelecer correspondência, por exemplo entre os termos metafóricos navegação (quando se trata de Internet) e *surf* (quando se trata de um estilo de existência)<sup>6</sup>. Ambos rejeitam a lógica dos esportes olímpicos que, concebendo natureza e corpo como realidades dóceis e úteis, entende que “a eficácia e o desempenho estão estreitamente ligados à obediência das regras teórico-técnicas da ordem dinâmica”(Coelho dos Santos, 1997:13), Tanto para o navegador, quanto para o surfista torna-se importante o colocar-se em ressonância com os elementos, com seus equipamentos e consigo mesmo, em suma, com o conjunto do que está em jogo na situação. Não há, assim, distância entre saber e fazer e, tampouco, previsibilidade dos movimentos. “Quando se está à beira do desequilíbrio e ao sabor do indeterminado, a concepção dinâmica se enfraquece e se torna impotente para orientar as práticas” (op.cit.:13).

Parece-me importante que se pense sobre isto, em especial quando se reconhece que o saber é um modo de ordenar o mundo e que se pode interpretá-lo ao mesmo tempo em que se tenta transformá-lo.

### Notas

1. Trabalho apresentado no Congresso Interamericano de Psicologia realizado em Caracas/Venezuela, de 27 de junho a 02 de julho de 1999.
  2. Tese de doutorado defendida no PPGEDU/UFRGS, com o título *Vozes e Silêncios do feminino: de mulher a operária*.
  3. As pesquisas aqui referidas fazem parte do GT de Pesquisa *Modos de Trabalhar; Modos de Subjetivar*, por mim coordenado, e que conta com a participação de professores universitários, mestrandos, bolsistas de Iniciação Científica, estagiários e psicólogos pesquisadores voluntários, sem vínculo institucional. As questões que atravessam a proposta do GT de Pesquisa dizem respeito, no momento à reestruturação do trabalho bancário, ao trabalho infantil, aos novos modos de trabalhar em saúde mental, às relações de reciprocidade entre família e empresa na perspectiva da herança e dos herdeiros.
  4. A este respeito, encontrei em referências não propriamente acadêmicas elementos da maior importância para a apreensão e compreensão desta experiência. Refiro-me ao *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa, editado pela Cia. das Letras (1999) e ao de Michel Serres, *Notícias do Mundo*, editado pela Bertrand Brasil (1998).
  5. Ver *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas S. Kuhn, editado pela Perspectiva (1987).
  6. Ver artigo *Controle e Contrato: duas formas de relação com a alteridade*, de Francisco Coelho Santos, publicado na Revista Educação, Subjetividade e Poder, POA, n.4,v.4,jan./jun/1997, p. 09-15.
- Oportuna também a leitura de *Por uma Estilística da Existência* de Joel Birman, editora 34/1996.

## Referências Bibliográficas

- AQUINO, Júlio R. Groppa. Conhecimento e mestiçagem: o efeito Macabéa. In: Cadernos de Subjetividade, São Paulo, n.1 e 2, v.2, mar./ago., set./fev. 1994.
- COELHO DOS SANTOS, Francisco. Controle e Contrato: duas formas de relação com a alteridade. In: *Revista Educação, Subjetividade e Poder*, Porto Alegre. Editora Unijuí, 1997.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis:Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34,1993.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Estudos Feministas*, v.1,n.1, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O que é virtual?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- NAFFAH NETO, Alfredo. *Outr 'em mim*. Ensaios, crônicas, entrevistas. São Paulo:Plexus,1998.
- PELBART, Peter Pál. Um mundo no qual acreditar. In: *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, número especial, jun.1996.
- ROLNIK, Suely. *O mal-estar da diferença*. Trabalho apresentado no III Fórum Brasileiro de Psicanálise. Belo Horizonte, dez./1994.
- SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. In: *Cadernos Pagu, São Paulo*, v.3, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Desconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. Feminaria*. Buenos Aires, n13, 1994b.
- \_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez. 1995.

Tânia Mara Galli Fonseca é professora é professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço para correspondência:

Rua Campos Salles, 262  
90480-030 Porto Alegre – RS  
Fone: (051) 328-53-50 Fax: (051) 328-65-05  
E-mail: rsf4206@pro.via-rs.com.br